

A variação dos custos médico-hospitalares, medida pelo [VCMH/IESS](#) registrou alta de 19,4% nos 12 meses encerrados em setembro de 2016. A maior variação para o período registrada pelo indicador desde o início da série histórica, em 2007. A título de comparação, a inflação geral do País, medida pelo IPCA, ficou em 8,5% no mesmo período. O resultado é bastante negativo, principalmente por apontar recorde no aumento dos custos enquanto o setor continua a registrar quedas consecutivas no total de beneficiários. O que deveria resultar em menor pressão dos custos, já que há menos beneficiários utilizando os serviços.

Além dos custos assistenciais em alta e da redução do total de vínculos, o setor ainda recebeu autorização da ANS para reajustar as contraprestações dos beneficiários de 13,55%, que apesar de acima da inflação geral, está abaixo do aumento dos custos. Movimento que certamente põe em risco a [sustentabilidade do setor](#).

Há causas para o VCMH permanecer tão elevado por tanto tempo. A primeira delas é o sistema de pagamento das operadoras aos prestadores de serviços, que se assemelha a um 'cheque em branco'. A chamada '[conta aberta](#)', ou [fee-for-service](#), absorve todos os custos, inclusive desperdícios e falhas assistenciais. Todos os insumos são adicionados à conta hospitalar e, dessa forma, os prestadores buscam o máximo consumo possível com o objetivo de obter a máxima remuneração. Um desincentivo total à eficiência.

Outra causa é a [falta de transparência](#). Hoje, não é possível saber se a precificação por um serviço é justa porque não há como comparar os diferentes prestadores. É o caso dos hospitais. Os custos dos serviços se baseiam em uma "percepção de qualidade", mas não há certeza de que um prestador é melhor do que outro porque simplesmente não se conhecem os indicadores de desempenho e qualidade assistencial.

Isso abre espaço para práticas de corrupção, como se tem repercutido na imprensa nos últimos anos em diversas denúncias, especialmente na área de materiais e medicamentos, o que, obviamente, impacta em aumento de custos para o sistema.

O Brasil precisa promover uma reforma do [sistema de saúde suplementar](#). Nem consumidores, nem empresas contratantes de plano de saúde têm condições de absorver reajustes de dois dígitos por longos períodos. Ou o País avança na modernização dos modelos de pagamento por serviços de saúde e em uma agenda de transparência nessa área, ou o sistema corre o sério risco em poucos anos.

Fonte: IESS, em 30.05.2017.